

QUEBRA DE CONTRATO

Bolívia estatiza reserva e Petrobras...

Presença de tropas militares em campos e gasodutos preocupa executivos da estatal

**RICARDO REGO MONTEIRO E
SABRINA LORENZI***
RIO E PASADENA (EUA)

Continuação da página A-1

José Sérgio Gabrielli e outros diretores da **Petrobras** — que visitavam a refinaria de Pasadena, no Texas, depois de terem comparecido à Offshore Technology Conference (OTC), uma das principais feiras do mundo na área de petróleo em Houston, no

Texas — afirmaram que não esperavam tamanha dureza do governo boliviano. Até a publicação do decreto, eles mantinham expectativa em conseguir solução amigável para os dois países. “O governo tomou medida unilateral de forma nada amistosa que nos obriga a tomar cuidados”, afirmou o executivo.

Gabrielli se mostrou preocupado com a presença de tropas militares da Bolívia em campos, gasodutos, refinarias, e outras propriedades que o país vizinho resolveu controlar. Além das reservas de gás natural, o governo boliviano tomou para si todas as operações da cadeia de petróleo e combustíveis, inclusive o controle de gasodutos. O executivo chamou

atenção para a intervenção no Transredes, parte boliviana do Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol). “Vamos fazer de tudo para manter as operações. Estamos falando de 50% do mercado brasileiro de gás natural.”

O executivo vai cobrar do governo boliviano contrapartidas pela nacionalização. “Temos um contrato.” O diretor internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, afirmou que não está claro como haverá ressarcimento nem como o governo boliviano vai operar toda a cadeia de petróleo e gás. “Eles não têm pessoal para fazer tudo isso”, acrescentou o diretor de Abastecimento, Paulo Roberto da Costa.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o Brasil im-

porta atualmente 25,8 milhões de metros cúbicos por dia de gás do país andino, por meio do gasoduto. A essa importação, equivalente a quase 50% do consumo nacional, soma-se uma produção líquida de 27,2 milhões de m³/dia. Pelo decreto, o governo boliviano se apropria das reservas das empresas estrangeiras e, na prática, as torna prestadoras de serviços da estatal YPFB.

Com a nacionalização, o governo terá que rever seu programa de geração energética. Segundo o diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, aumenta a fragilidade do sistema elétrico brasileiro e o país volta a viver sob o risco de um novo racionamento de energia elétrica.